

**ALGUMAS REFLEXÕES
SOBRE O MÉTODO METAFÔNICO DE ALFABETIZAÇÃO**

Adriana Marques Lopes Fagundes Rodrigues (UEMS)

dricamlopes@gmail.com

Claudia Bernardo (UEMS)

claudia_ivi@hotmail.com

Eliane de Oliveira Giacón (UEMS)

giaconeliane@uems.br

RESUMO

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões a respeito do método metafônico de alfabetização. O baixo rendimento em leitura e produção textual dos alunos do ensino fundamental tem sido constatado tanto na prática de sala de aula quanto verificado e diagnosticado nas avaliações externas. Apesar do desempenho insuficiente, comumente grande parte desses alunos é promovida para a série seguinte, e isso tem se configurado em um nó no trabalho docente. De acordo com Soares, “Letramento, segundo é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” (2010, p. 18). Mas e quando essa apropriação da escrita não se consolida no aluno de 6º ano? Será que o letramento não fica comprometido? Este artigo busca investigar em que medida a aplicação do método metafônico adotado no Programa “Além das Palavras” – na área de língua portuguesa- pode contribuir com o intuito de sanar lacunas de alfabetização em alunos de 6º ano.

Palavras-chave: Ensino. Alfabetização. Fônico. Metafônico

1. Introdução

O professor de língua portuguesa da educação básica da rede pública se encontra diante de inúmeros desafios em sua prática pedagógica. Entre eles, há os de ordem interna e externa a ele. No que se refere à ordem interna, estão os decorrentes de sua formação acadêmica que, muitas vezes, não foi suficientemente capaz de prepará-lo para atuar em sala de aula de maneira eficiente e eficaz. Dentro disso, pode-se mencionar o desafio de se trabalhar a língua portuguesa, numa perspectiva de letramento, com alunos, geralmente oriundos de comunidades desfavorecidas social e economicamente, sem nenhum ou muito pouco contato com a leitura e a escrita e que apresentam sérias lacunas em seu processo de alfabetização. Ademais, existe o preocupante fato de que um número considerável de alunos oriundos do 5º ano chega ao 6º ano e com sérias lacunas em sua alfabetização. E esse fato também se constata com grande

parte dos alunos que cursam o 6º ano pela segunda ou terceira vez.

Descartando-se a hipótese de que tais alunos sejam portadores de alguma deficiência intelectual ou transtorno de aprendizagem, conclui-se que seu baixo desempenho na escrita e na leitura de textos básicos se deve ao fato de que seu processo de alfabetização não se consolidou plenamente, apesar de terem estudado a língua portuguesa por, no mínimo, cinco anos até chegarem ao 6º ano.

Tal defasagem na alfabetização compromete seriamente o envolvimento e desempenho desses alunos nas diversas atividades programadas para o 6º ano. Atividades essas de leitura e escrita que visam ao desenvolvimento de competências comunicativas necessárias ao pleno exercício da cidadania em nossa sociedade letrada.

Por outro lado, há os fatores externos como falta de políticas públicas que valorizem de fato seu trabalho como formador de cidadãos no uso competente da língua. As dificuldades são inúmeras e vão desde aos altos índices de indisciplina e violência em salas de aulas superlotadas, alunos com necessidades especiais que requerem atendimento diferenciado, falta de apoio pedagógico como psicólogos, orientadores, coordenadores e auxiliares. Além de problemas estruturais como iluminação, carteiras e quadros-negros em péssimo estado de conservação e sem indícios de manutenção.

Mas como o professor de língua portuguesa pode superar tais desafios e cumprir seu papel de ensinar a língua portuguesa para alunos que apresentam sérias lacunas em seu processo de alfabetização? Como ministrar aulas de português de maneira a beneficiar diretamente a qualidade dos textos orais e escritos produzidos pelos alunos? Como conduzir as situações didáticas em sala de aula em consonância com as diretrizes descritas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*?

Diante dessa problemática e longe de buscar “culpados” para tal situação, este artigo propõe-se a analisar como o método metafônico pode ser utilizado como alternativa de recuperação de alunos de 6º ano com defasagem na alfabetização. Contudo, este artigo não pretende tomar partido no embate teórico entre construtivistas e adeptos do método metafônico, mas apenas investigar as implicações da aplicação deste método em alunos do 6º ano com defasagem na alfabetização. Aliás, tal embate mostra-se um tanto equivocada, uma vez que Emília Ferreiro, a psicolinguísta argentina que adotou e tornou conhecida a expressão construtivismo, não propõe um método de ensino, mas traz conhecimento sobre o desen-

volvimento cognitivo da criança, que acarreta um olhar diferenciado do educador.

O termo metafônico, segundo Oliveira (2003, p. 40) é usado para ressaltar as duas características principais do método: a ênfase no ensino das relações entre sons e letras e na metacognição. O método enfatiza a metacognição, a metalinguagem e o ensino das relações entre sons e letras, o princípio fônico.

2. Fundamentação teórica

Mesmo diante de limitações oriundas de sua formação insuficiente ou mesmo devido a fatores externos, políticos e estruturais, é preciso acreditar que mudanças são possíveis. É parte da mudança deve começar em nós profissionais da educação, professores de língua portuguesa. De acordo com Antunes,

Sentimos na pele que não dá mais para “tolerar” uma escola que, por vezes, nem sequer alfabetiza (principalmente os mais pobres) ou que, alfabetizando, não forma leitores nem pessoas capazes de expressar-se por escrito, coerente e relevantemente, para, assumindo a palavra, serem autores de uma nova ordem das coisas. É, pois, um ato de cidadania, de civilidade da maior pertinência, que aceitemos, ativamente e com determinação, o desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua. (2003, p. 37)

A partir da conscientização de suas limitações de conhecimento e da latente necessidade de transformação de sua prática, espera-se que o professor busque por meio da pesquisa, do estudo, da formação continuada desenvolver-se, atualizar-se ao longo de toda a sua carreira.

A respeito disso, Antunes afirma que

Já não há mais lugar para o professor simplesmente repetidor, que fica, passivo, à espera que lhe digam exatamente como fazer, como “passar” ou “aplicar” as noções que lhe ensinaram”. (...) O novo perfil do professor é aquele do pesquisador, que com seus alunos (e não, “para” eles), produz conhecimento, o descobre e o redescobre. Sempre. (2009, p. 36)

Urge que o professor reconheça que a promoção de alunos para os anos seguintes sem que estes estejam satisfatoriamente alfabetizados é algo intolerável. É preciso que, não somente, mas principalmente, os professores de língua portuguesa busquem e apliquem as intervenções necessárias para que seus alunos sejam, de fato, alfabetizados e letrados.

Assim, se o professor conscientizar-se de que é necessária uma revisão de seus paradigmas e investir em sua formação, buscando a trans-

formação constante de sua prática por meio da avaliação, da reflexão, do estudo, da pesquisa e da ação obterá êxito em sua missão de formação de cidadãos competentes no uso de seu idioma.

Sabemos que o aluno chega à escola já dominando a variedade oral/informal da língua portuguesa, pois foi esta que aprendeu em sua família e é a que utiliza em sua comunidade. O objetivo da escola é ensinar a variedade padrão da língua – a de maior prestígio social. De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental de língua portuguesa (2001, p. 135), “espera-se que o aluno, ao realizar uma leitura, não se limite à decodificação: que utilize coordenadamente procedimentos necessários para a compreensão do texto”.

E quanto à escrita, a expectativa é que o aluno, ao final do 5º ano, já demonstre conhecimentos de regularidades ortográficas, saiba usar o dicionário e produza textos respeitando características próprias de cada gênero, no que se refere aos aspectos discursivos quanto às características gráfico-espaciais, utilizando os recursos coesivos básicos e apropriados.

Segundo Bechara,

No fundo a grande missão do professor de língua materna – no ensino da língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens. (1993, p. 14 e 15)

Entretanto, o que se tem constatado tanto na vivência em sala de aula como em avaliações diagnósticas e de desempenho é que um grande número de alunos, mesmo não alcançando tais expectativas, avança para o 6º ano, e isso tem se configurado em um nó no trabalho docente neste ano escolar.

Já que as práticas de ensino da língua recorrentes em sala de aula não têm suprido as demandas de alfabetização, é preciso atentar para um ensino visto em uso e para o uso, constatando-se sua funcionalidade e procurando-se inseri-lo em situações reais ou que se aproximem o máximo possível dessa realidade (PRESTES, 1996).

Deve-se trabalhar, portanto, tendo sempre como meta aumentar a competência comunicativa do aluno, levando-o a conhecer, reconhecer,

empregar adequadamente os recursos da língua em seus vários níveis, no que diz respeito a suas regras gerais como aos elementos que interferem no contexto de uma situação de comunicação.

Dessa forma, ensinar língua portuguesa de maneira contextualizada é proporcionar aos alunos oportunidades de desenvolver atividades que lhe permitem refletir sobre o funcionamento da língua e apropriar-se de seus recursos, operando por meio dela, compreendendo e produzindo textos conforme seus próprios objetivos sociocomunicativos.

Por isso, um ensino eficaz de língua portuguesa cumpre seu papel quando, de facto, além de alfabetizar, proporciona o letramento. Ou seja, o aluno passa a ser um usuário competente da língua e pode ser capaz de compreender o verdadeiro objetivo do ensino e aprendizado da língua, que é o de contribuir para a construção dos sentidos dos textos produzidos em situações formais e informais, falados ou escritos.

Mas e quando essa apropriação da escrita não se consolida no aluno até o fim dos anos iniciais? Será que o seu processo de letramento não fica comprometido?

Soares (2003) descreve a tecnologia da alfabetização,

[...] tomando-se a palavra em seu sentido próprio como o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas - procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético, ortográfico); [...] habilidades de uso de instrumentos de escrita (lápiz, caneta, borracha, corretivo, régua, de equipamentos como máquina de escrever, computador...), habilidades de escrever ou ler seguindo a direção correta na página (de cima para baixo, da esquerda para a direita), habilidades de organização espacial do texto na página, habilidades de manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê - livro, revista, jornal, papel sob diferentes apresentações e tamanhos (folha de bloco, de almanaque, caderno, cartaz, tela do computador...). Em síntese: alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. (SOARES, 2003, p. 80).

Percebe-se que há aspectos específicos que não podem ser desconsiderados na alfabetização. É imprescindível que o alfabetizador desenvolva, em sala, as sugestões de atividades que privilegiem a curiosidade, a descoberta, a tentativas de solucionar problemas e a interação, entretanto, não ele pode se omitir com relação às questões específicas do ato de alfabetizar, pois trata-se do pré-requisito que garantirá ao aluno o

domínio da base alfabética e, portanto, a compreensão do sistema de escrita.

Desse modo, alfabetizar significa ensinar uma técnica, a técnica do ler e escrever. Quando o aluno lê, realiza a decodificação (decifração) de sinais gráficos, transformando grafemas em fonemas; quando ele escreve, codifica, transformando fonemas em grafemas. Esse é um aprendizado complexo, que exige diferentes formas de raciocínio, envolvendo abstração e memorização. A escrita é uma convenção e, portanto, precisa ser ensinada.

Trabalha-se o que é específico à alfabetização, quando se ensinam as relações entre fonemas e grafemas, mostrando quais e quantas letras são necessárias para se escrever as palavras, quando se apresenta a composição silábica, a separação de sílabas das palavras, a segmentação das palavras dentro de um texto, a ortografia, aspectos referentes à estrutura do texto, o uso de letras maiúsculas e minúsculas etc.

Por outro lado, temos o letramento, conceituado por Soares (2003) da seguinte forma:

Alto exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetos, o interlocutor... (SOARES, 2003, p. 80).

Sendo assim, a definição de Soares evidencia que o letramento, que é o uso efetivo das competências de leitura em escrita em contextos sociais, necessita de um indivíduo previamente alfabetizado. Alfabetização e letramento constituem, portanto, dois processos diferentes, em termos de processos cognitivos e de produtos, porém indissociáveis.

Para Araujo (1996), a alfabetização diluída e inconclusa no processo de letramento, como vem sendo feito, é inaceitável, todavia os resultados das avaliações sobre leitura e interpretação de texto demonstram, hoje, que, além da conduta exclusiva “constitutivista”, não conseguir alfabetizar representa incompetência também para letrar.

Infelizmente, as estatísticas têm mostrado a ineficácia do sistema escolar brasileiro no que se refere à alfabetização. De acordo com os dados do INAF 2009 (INSTITUTO Paulo Montenegro, 2009), quanto ao item escolaridade, mostram que 54% dos brasileiros que estudaram até a 4ª série atingem, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo. Outro fato pior é que 10% destes podem ser considerados analfabetos absolutos, apesar de terem cursado de um a quatro anos do ensino fundamental. Entre os alunos que cursam ou cursaram da 5ª a 8ª série, apenas 15% podem ser considerados plenamente alfabetizados. Além disso, 24% dos que completaram entre 5ª e 8ª séries do ensino fundamental ainda permanecem no nível mais rudimentar de leitura e escrita. Dos que cursaram alguma série ou completaram o ensino médio, apenas 38% atingem o nível pleno de alfabetismo (o que deveria ter ocorrido para 100% deste grupo). E ainda, somente entre os que chegaram ao ensino superior é que prevalecem (68%) os indivíduos com pleno domínio das habilidades de leitura/escrita e das habilidades matemáticas.

3. O histórico do método fônico

Na Antiguidade, foi criado o alfabeto e o primeiro método de ensino: a soletração, também denominado alfabético ou ABC. Iniciava-se pela aprendizagem das 24 letras do alfabeto grego e as crianças tinham que decorar os nomes das letras (alfa, beta, gama etc.), primeiro na ordem alfabética, depois em sentido inverso. Somente depois de decorar os nomes é que era apresentada a forma gráfica. (ARAÚJO, 1996)

A partir do século XVI, pensadores começam a manifestar-se contra o método da soletração, em função da sua dificuldade. Na Alemanha, Valentin Ickelsamer apresenta um método com base no som das letras de palavras conhecidas pelos alunos. Na França, Pascal reinventa o método da soletração: em lugar de ensinar o nome das letras (efe, eme, ele etc.) ensinava o som (fê, lê, mê), na tentativa de facilitar a soletração. Em 1719, Vallange cria o denominado método fônico com o material chamado “figuras simbólicas”, cujo objetivo era mostrar palavras acentuando o som que se queria representar.

Apesar de o método fônico ter sido rejeitado já no século XVIII, atualmente, alguns defensores tentam ressuscitá-lo, alegando que só tal metodologia poderá resolver o problema do fracasso escolar, no Brasil. (MENDONÇA, 2007).

Um destes “defensores” trata-se de João Batista de Araujo e Oliveira. Autor do *Método Alfa e Beto – Alfabetização pelo Método Metafônico* que foi adotado como material didático pelo Programa “Além das Palavras” da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul

4. O programa “Além das Palavras” e o método metafônico

O Programa “Além das Palavras” apresenta-se como um conjunto de ações articuladas que foram desenvolvidas junto a professores licenciados em língua portuguesa e matemática para atuarem como coordenadores de área nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, a fim de promover suporte técnico pedagógico aos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com vistas ao bom atendimento ao estudante, tomando esse como foco das ações da escola. Nesse sentido, o Programa “Além das Palavras” teve a finalidade de contribuir para a qualidade da formação do estudante, ampliando a competência dos professores na sua prática pedagógica.

A necessidade de criação desse programa seu deu após análise dos dados do Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso do Sul/SAEMS e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, os quais indicavam que um considerável número de escola/municípios apresentava baixos índices de desempenho. Esse quadro indicava a necessidade de uma incisiva intervenção didático-pedagógica nas turmas de 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação, em articulação com a direção e a comunidade escolar, implantou gradativamente, em 2008, o Projeto “Além das Palavras”.

O fato de o Projeto apresentar-se com ações articuladas por meio de gerenciamento, formação continuada em serviço, monitoramento, assessoramento e avaliação, possibilitou constatar mudanças na postura dos professores e estudantes, bem como a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB das escolas. Com esse panorama e levando em consideração os dados apresentados, decidiu-se, com vigência a partir de 2012, torná-lo Programa “Além das Palavras”, definindo-o como Programa Educacional Especial da Secretaria de Estado de Educação/SED, por meio da Resolução n. 2.509, de 4 de janeiro de 2012, publicada no *Diário Oficial* n. 8.104. Infelizmente, sabe-se que este programa foi descontinuado neste ano de 2014.

A proposta pedagógica do Programa “Além das Palavras” em al-

fabetização se baseia nas recomendações da ciência cognitiva da leitura. Relativamente ao método metafônico, o programa apresenta um conceito operacional de alfabetização: “Aprender a Ler” e “Ler para Aprender”, como momentos distintos desse processo de aprendizagem, conforme Oliveira (2003, p. 25) “Aprender a ler é diferente de ler para aprender. O processo de alfabetização refere-se ao momento de aprender a ler. O restante da escolaridade e da vida refere-se aos momentos de ler para aprender”.

O termo metafônico, segundo Oliveira (2003, p. 40) é usado para ressaltar as duas características principais do método: a ênfase no ensino das relações entre sons e letras e na metacognição. O método enfatiza a metacognição, a metalinguagem e o ensino das relações entre sons e letras, o princípio fônico.

Em seguida, o método parte para o desenvolvimento da capacidade de pensar e refletir sobre as regras, fazendo uso adequado da metalinguagem. É a chamada metacognição. Daí o nome metafônico. “A produção e a compreensão do texto são as partes mais difíceis do processo de alfabetização. O professor não pode começar por aí. Não estamos ensinando bem a ler e compreender porque não ensinamos a ler”, explica o docente. Termos e práticas como leitura em coro, exercícios de caligrafia e de ortografia, cada vez mais distantes das classes de alfabetização, voltam a fazer parte do cotidiano de professores e alunos.

A proposta pedagógica do Programa “Além das Palavras” em Alfabetização baseia-se nas recomendações da ciência cognitiva da leitura. Relativamente ao método metafônico, o programa apresenta um conceito operacional de alfabetização: “Aprender a Ler” e “Ler para Aprender”, como momentos distintos desse processo de aprendizagem, conforme Oliveira (2003, p. 25) “Aprender a ler é diferente de ler para aprender. O processo de alfabetização refere-se ao momento de aprender a ler. O restante da escolaridade e da vida refere-se aos momentos de ler para aprender”.

O termo metafônico, segundo Oliveira (2003, p. 40) é usado para ressaltar as duas características principais do método: a ênfase no ensino das relações entre sons e letras e na metacognição. O método enfatiza a metacognição, a metalinguagem e o ensino das relações entre sons e letras, o princípio fônico.

Nesse sentido, Oliveira (2003) aponta, ainda, que:

Metacognição: é o mesmo que aprender a aprender. São as habilidades que permitem ao aluno acompanhar seu processo de leitura para saber se está compreendendo, que tipo de texto está lendo, como deve ler, como resumir, inferir etc.

Metalinguagem: refere-se à linguagem (vocabulário) utilizada para falar e refletir sobre a língua. Por exemplo: conceitos de frase, palavra, sílaba, termos utilizados para falar sobre ortografia, sintaxe etc.

Princípio fônico: trata da relação entre as letras (grafemas) da linguagem escrita e os sons individuais (fonemas) da linguagem falada. O ensino do princípio fônico ou da fônica tem por objetivo ajudar o aluno a entender como as letras correspondem aos sons. (OLIVEIRA, 2004, p. 20, grifo nosso).

O método metafônico preconiza que o estudante está alfabetizado quando é capaz de ler e escrever com autonomia, pois a essência da alfabetização consiste em ensinar a decifrar o código alfabético por meio da identificação de palavras de forma automática, aplicando o princípio fônico para decodificá-las, transformando sons em letras e vice-versa.

A garantia de uma boa alfabetização ainda inclui desenvolver a capacidade para pensar e refletir sobre as regras: a metacognição, fazendo uso adequado da metalinguagem, daí o nome método metafônico.

5. Considerações finais

Não há como negar que existe uma problemática na educação pública brasileira que necessita de intervenção urgente: alunos são promovidos para o 6º sem conhecimentos básicos em relação ao domínio do código escrito, a alfabetização. Diante disso, é necessário que os professores, sobretudo, os de língua portuguesa, intervenham nessa realidade e busquem metodologias que deem conta de preencher lacunas de alfabetização e, ainda, desenvolvam o trabalho contínuo de letramento nos anos finais do ensino fundamental.

Com base nessa questão, este artigo buscou refletir sobre o método metafônico de alfabetização no intuito de investigar em que medida ele pode lançar luz sobre sérios desafios enfrentados diariamente pelos professores de língua portuguesa que lecionam no 6º ano do ensino fundamental. Esse método caracteriza-se pela gradação que há no processo de aprendizagem. Sua essência consiste em ensinar a decifrar o código alfabético através da identificação de palavras, de forma automática, aplicando o princípio fônico para decodificá-las, transformando sons em letras e vice-versa.

Segundo Oliveira (2005), os métodos fônicos funcionam melhor para os que têm mais dificuldade, ajudam a desenvolver competência de compreensão e aprendizagem da ortografia e são mais impactantes para as crianças de nível econômico mais baixo. E esse é perfil dos alunos da rede pública nas periferias do Brasil. São esses que necessitam ser alfabetizados plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro & interação*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

ARAÚJO, M. C. de C. S. *Perspectiva histórica da alfabetização*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1996.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. 3º e 4º ciclos: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

INSTITUTO Paulo Montenegro. *INAF Brasil 2009 indicador de alfabetismo funcional: principais resultados*. São Paulo. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/ipm/relatorios/relatorio_inaf_2009.pdf>. Acesso em: 20-10-2014.

KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

MARROU, H. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: Herder, 1969.

MATO Grosso do Sul. Resolução/SED n. 2.147, de 15 de janeiro de 2008. *Dispõe sobre o projeto "Além das Palavras"*. Campo Grande: SED, 2008.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. *Alfabetização – método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire*.

São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, João B. A. *ABC do alfabetizador*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2004.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. Ensino de português como elemento consciente de interação social: uma proposta de atividade com texto. *Ciências & Letras*, Porto Alegre: FAPA, n. 17, p. 189-198, 1996.

REDE São Paulo de Formação Docente. *Curso de especialização para o quadro do magistério da SEESP ensino fundamental II e ensino médio*. São Paulo: UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2012 [D07].

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: UNESP. *Cadernos de Formação: Alfabetização*. São Paulo: UNESP, p. 79-98, 2003.